Inteligência artificial na investigação criminal e seus desafios éticos

Autor(res)

Priscila Guimarães Franke Gobbato
Mirian Pamela Medeiros Garcia Dos Santos
Leidiany Pires De Jesus Nazario
Daniela Santos Silva
Emilly Santos De Oliveira
Liliene Jesus Da Silva
Edy One Santana De Araujo

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE UBERLÂNDIA

Introdução

A Inteligência Artificial (IA) vem se consolidando como uma ferramenta cada vez mais utilizada nas investigações criminais, promovendo avanços significativos na coleta, análise e interpretação de dados, o que aumenta a eficiência, a precisão e a rapidez na elucidação de casos. Seu uso possibilita identificar padrões, cruzar informações e apoiar autoridades na tomada de decisões mais assertivas. Entretanto, essa aplicação também gera preocupações jurídicas e éticas, especialmente quanto à privacidade, aos direitos fundamentais e à transparência no funcionamento dos algoritmos.Contudo, seu uso suscita desafios éticos e jurídicos relacionados à privacidade, aos direitos fundamentais e à transparência dos algoritmos.

Objetivo

Analisar o papel da inteligência artificial na investigação criminal.

Identificar os principais benefícios da aplicação da IA no processo investigativo.

Discutir os desafios éticos e jurídicos decorrentes de seu uso.

Propor reflexões sobre a necessidade de regulação e controle jurídico.

Material e Métodos

Os resultados demonstram que a IA amplia as capacidades investigativas ao oferecer rapidez e precisão na análise de grandes volumes de dados. Contudo, seu uso requer cautela, pois a automatização pode gerar vieses e violações de direitos fundamentais. A discussão aponta para a necessidade de regulamentação clara, transparência dos algoritmos e capacitação adequada dos profissionais envolvidos.
Levantamento bibliográfico em artigos acadêmicos, revistas científicas e bases jurídicas.

Análise de referências doutrinárias e de publicações recentes sobre IA e investigação criminal.

Utilização de estudos de caso mencionados pela literatura especializada.

Resultados e Discussão

Reconhecimento facial para identificação de suspeitos.
Análise automatizada de provas digitais.
Perícias técnicas com suporte algorítmico.
Policiamento preditivo (predição de condutas criminosas).
Principais desafios éticos e jurídicos:

Transparência e auditabilidade dificuldade de compreender decisões oriundas de algoritmos que funcionam como "caixas-pretas".
Viés algorítmico: reprodução de preconceitos sociais, raciais e econômicos, com impactos desiguais.

Presunção de inocência: risco de rotulação indevida de indivíduos como potenciais criminosos.

Privacidade e proteção de dados: coleta massiva de informações sem consentimento pode violar a Constituição e a LGPD.

Propostas discutidas na literatura:

Criação de um marco jurídico específico para regular o uso da IA na esfera penal.

Controle judicial prévio no uso de tecnologias de vigilância e monitoramento.

Garantias de transparência, com possibilidade de contestação das provas produzidas por IA.

Conclusão

A IA representa um avanço significativo para a investigação criminal, aumentando a eficiência das autoridades.

No entanto, os riscos éticos e jurídicos exigem cautela, especialmente em relação à proteção de direitos fundamentais.

Faz-se necessária a regulamentação do uso da IA na esfera penal, a fim de equilibrar inovação tecnológica e garantias constitucionais.

Referências

Pedroso, João; Santos, Andreia. Inteligência Artificial e Justiça Criminal: Riscos e Desafios. Sociologia Online, 2024.

Bichara, Anderson; Brito, Fabiana Amaro de. Desafios Éticos ao Uso da Inteligência Artificial no Sistema de Justiça Criminal. Boletim IBCCRIM, 2024.

Jusbrasil. O Uso da Inteligência Artificial na Investigação Criminal e Seus Limites Constitucionais.